



ENTREVISTAS COM

CELSO FURTADO

RENÉ ARMAND DREIFUSS

ALDO FERRER

SEVERINO CABRAL

OSVALDO SUNKEL

FERNANDO REZENDE

SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES

MILTON SANTOS

CARLOS LESSA

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.

ANTÔNIO BARROS DE CASTRO

ANTÔNIO DELFIM NETTO

TÂNIA BACELAR DE ARAÚJO

MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES

VISÕES DA CRISE

Limitações e potencialidades da nova safra de investimentos

Sempre atento aos movimentos da economia brasileira, Antônio Barros de Castro destaca nesta entrevista os aspectos preocupantes dos novos investimentos industriais em fase de implantação no Brasil e os deslocamentos em curso no mapa da nossa agricultura. Professor-titular e editor do Boletim de Conjuntura do Instituto de Economia da UFRJ, ex-presidente do BNDES, Castro escreveu alguns trabalhos já clássicos, como Sete ensaios sobre a economia brasileira (Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1977) e A economia brasileira em marcha forçada, em co-autoria com Francisco Eduardo Pires de Souza (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985). Mais recentemente, organizou, com Mário Luís Poças e Adriano Proença, o livro Estratégias empresariais na indústria brasileira: discutindo mudanças (Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1996).

— *Que perspectivas de retomada do crescimento você vê na economia brasileira atual?*

— *Duas posições antagônicas têm dominado a discussão sobre o que está ocorrendo com os investimentos no Brasil. A primeira afirma que a abertura da economia e a estabilização monetária estão produzindo uma ampla onda de investimentos, que traz em si a promessa da edificação de outra economia, sem di-*

versos vícios do passado. Os defensores dessa hipótese confiam que o tempo tornará mais claro esse processo, que, segundo eles, ainda não pode ser comprovado porque está em uma fase inicial. A segunda posição nega que isso seja possível, diante das dificuldades impostas pela altíssima taxa de juros, pelo câmbio fora do lugar e por outros problemas. Haveria apenas iniciativas localizadas, mudanças tópicas, muito distantes de configurar um processo renovador abrangente.

Acho que o debate seria enriquecido se houvesse uma mudança de enfoque. A meu ver, não existe a “onda” prevista pelos mais otimistas. Mas há investimentos relevantes, nem gigantes-cos nem mínimos, que se traduzem na implantação de novas fábricas e de novas instalações de infra-estrutura. A discussão a esse respeito atola no problema separar o que é anúncio e o que é investimento real. Como ninguém sabe dizer que percentagem dos anúncios se concretiza, abre-se um amplo espaço para estimativas subjetivas.

Proponho que evitemos ficar nesse debate e tentemos pensar mais qualitativamente, discutindo a natureza desses investimentos. Eles têm particularidades importantes. Apontam para uma mudança estrutural, não tanto por sua abrangência ou seu peso relativo, mas pelo fato de que são diferentes dos que existiram no passado.

— *Quem lidera essa nova safra que está em gestação?*

— A empresa brasileira típica, mesmo a de médio e grande porte, continua muito contida. Excetuados alguns casos nos ramos de alimentação e bebidas, ela não tem adotado uma atitude voltada para criar capacidade nova. Está apenas reciclando e modernizando os ativos existentes, em compasso de espera, enquanto ganha dinheiro na esfera financeira. Isso, aliás, confirma a idéia de que não há um movimento generalizado na direção do investimento. As iniciativas mais relevantes estão associadas à chegada de multinacionais e às privatizações. Aí se pode falar

de uma nova safra, ou seja, de um conjunto de investimentos suficientemente volumoso e, sobretudo, dotado de características novas que precisam ser ressaltadas.

Isso não é tão evidente no Rio de Janeiro ou em São Paulo. Mas o Paraná, por exemplo, está recebendo investimentos que, embora concentrados, são revolucionários em termos da estrutura industrial do estado. Em menor escala, o Rio Grande do Sul também atraiu alguns poucos gigantes — a General Motors, a Ford, a Phillip Morris, a nacional Paranapanema em titânio — que trazem novidades, num estado até aqui caracterizado pela prevalência da pequena e média empresa, praticamente sem multinacionais e sem grandes empresas públicas. Estamos diante de uma descontinuidade na evolução econômica dessas regiões.

— *Qual a influência do Mercosul nisso?*

— É grande. O Mercosul é muito atraente. A Secretaria de Planejamento do Rio Grande do Sul concluiu um estudo que mostra o seguinte: se você fixar em Porto Alegre a ponta de um compasso imaginário e abri-lo, digamos, 400 quilômetros, verificará que a capital gaúcha é ruim, em termos de localização para investimentos de grande porte. Mas se você abrir o compasso para abranger uma área com raio de 1.100 quilômetros, ela passa a ser uma localização extraordinária. Fica no centro de uma região que inclui São Paulo, Rio de Janeiro e Buenos Aires. Esse círculo abriga uma população superior a 120 milhões de pessoas com renda entre US\$ 6.000 e US\$ 8.000. Talvez seja o único grande mercado no mundo que apresenta renda *per capita* média e permanece quase virgem. Quanto mais isso fica claro, mais investimentos são atraídos pelo fator locacional. A General Motors não se referiu ao Mercosul quando foi para Porto Alegre. Meses depois, a Ford, na apresentação pública de seu projeto, apontou o Mercosul como o principal motivo para se instalar lá.

— *Que implicações esses investimentos têm no cenário macroeconômico do país?*

— Com as possíveis exceções ligadas aos novos eixos do *agri-business* ou à produção de celulose na Bahia, os investimentos da nova safra se orientam para os mercados regionais do Cone Sul. Isso tem um aspecto preocupante: eles não vão gerar as divisas que Brasil e Argentina precisam. Embora em melhores condições que o nosso, o balanço de pagamentos da Argentina também está na zona de sinal amarelo. Sofreu uma grave deterioração em 1997. Ora, nessas exportações cruzadas, em que Brasil e Argentina vendem um para o outro, não há geração líquida daquilo que em outros tempos chamávamos “moeda forte”. Elas não resolvem o problema do balanço de pagamentos de nenhum dos dois países. Podem até agravá-lo. Pois, apesar de essencialmente voltados para o mercado interno ou regional, os novos investimentos utilizam quantidade apreciável de insumos importados e, obviamente, prometem remeter lucros para o exterior. O balanço de pagamentos embutido na nova safra é muito ruim. Não posso quantificar isso, mas é a impressão que fica de entrevistas e observações que tenho feito.

— *Que outros aspectos parecem ser relevantes para discutir a natureza e o impacto desses investimentos?*

— Pelo menos mais dois, igualmente preocupantes. A nova safra também é muito perversa do ponto de vista do equilíbrio fiscal. É exigente em termos de gastos públicos e não vai gerar receita apreciável durante anos, por causa das isenções de tributos que estão sendo dadas.

O outro aspecto negativo é mais conhecido: a geração de empregos é pequena. As exceções, nesse caso, são as indústrias leves do Nordeste, que também estão se expandindo. A Bahia, por exemplo, praticamente não produzia calçados. Hoje, vinte empresas do ramo, entre elas algumas das melhores brasileiras, estão desembarcando lá, criando um cinturão de calçados que não

tem precedentes na economia local. Embora o peso relativo dessa indústria não seja grande, a novidade é importante. O problema é que cada emprego gerado ali corresponde a um emprego a menos no Sul, pois as empresas estão se deslocando para lá. Só poderíamos escapar disso se o Nordeste exportasse parte substancial da produção, mas não é o caso. O coeficiente exportador das novas indústrias leves da região é muito baixo. Para ficarmos no exemplo dos calçados, a estratégia brasileira é fazer um *upgrade*: tentar disputar com Espanha e Itália mercados de renda mais alta, fugindo da briga ingrata com a China nos produtos mais baratos. Salvo exceções, não são esses calçados sofisticados que o Nordeste vai produzir. Assim, em termos líquidos, a geração de empregos também não conta a favor da nova safra de investimentos. O mesmo poderá ocorrer se, por exemplo, a Ford desativar suas plantas no ABC paulista e na Argentina, por causa do êxito da unidade gaúcha.

— *Quais as conseqüências disso no longo prazo?*

— Se os resultados nessas três frentes — balanço de pagamentos, equilíbrio fiscal e emprego — vierem de fato a se revelar negativos, a nova safra pode alimentar um círculo vicioso. As principais restrições ao crescimento serão reforçadas. E, se não houver crescimento, vamos jogar produtos num mercado que não estará se ampliando. O resultado tende a ser a queda na taxa de retorno de vários setores, o que significará mais desemprego e mais queima de capacidade. Pode-se mesmo falar na possibilidade de um *feedback* negativo, com a nova safra passando a reproduzir, de forma perversa, um aspecto da abertura. Como se sabe, ao aumentar as importações líquidas, a abertura baixou as taxas de retorno em diferentes setores. Induziu, por isso, reestruturações muito punitivas em termos de emprego e capacidade. O mesmo efeito poderá aparecer se a nova safra de investimentos não contribuir para contornar as restrições macroeconômicas ao crescimento. A oferta crescerá, mas o mercado, não.

— *Voltando ao problema do volume dos investimentos em curso, há evidências de que as empresas multinacionais estão desembolsando pouco. Os novos pólos estariam sendo viabilizados, em grande parte, às custas do próprio Estado...*

— O desembolso próprio das empresas líderes nessa nova safra é, de fato, muito pequeno. Mas é preciso evitar a má formulação do problema, bastante comum, que faz uma crítica de natureza moral, dizendo tratar-se de investimentos falsos, ou de uma estratégia oportunista de apropriação de recursos públicos. No mundo contemporâneo, há uma tendência, ainda não totalmente definida mas já bem visível: a grande empresa internacional está cada vez menos disposta a produzir. Ela quer desenvolver produtos e comandar cadeias. O caso-limite é a Nike, que não produz nenhum tênis, embora seja a maior empresa de tênis do mundo. Ela faz *design*, desenvolvimento, *marketing* e outras atividades desse tipo. Um estudo demonstrou que o somatório dos salários de milhares de trabalhadores de uma grande fábrica que produz os tênis, na Indonésia, é inferior ao que recebem os onze ou doze diretores da Nike em Nova York. É uma caricatura. Mas mostra que a divisão de trabalho que está sendo sugerida no mundo separa claramente os que desenvolvem os produtos e os produtores propriamente ditos. Estes últimos fazem o trabalho repetitivo e geram pouca renda. Seja como empregado, seja como acionista, ganha quem está vinculado ao desenvolvimento.

Eu não diria que a nova safra de investimentos no Brasil explicita essa tendência de forma tão evidente. Mas, quando ouvimos falar do investimento frustrante da Volkswagen em Resende, por exemplo, temos de levar em conta que agora o objetivo da empresa não é sujar as mãos na produção. É coordenar, comandar um processo. Assim, o investimento que ela faz não pode ser entendido em termos meramente quantitativos, mas sim estratégicos, ligados a uma outra concepção de divisão do trabalho.

— *É inevitável que aceitemos essa nova divisão de trabalho?*

— Estou dizendo que o baixo investimento dessas grandes empresas não decorre de uma esperteza, não é uma jogada suja. Mudou o objetivo estratégico delas no mundo. Buscam para si as funções nobres, que não estão mais na produção em si mesma. Empresas brasileiras já adotam comportamentos semelhantes. A Grandene instala fábricas de calçados e sandálias no Nordeste e mantém seu “cérebro” em Farroupilha, no Rio Grande do Sul. Lá ela faz o *design*, define os rumos estratégicos, estabelece relações internacionais, imagina novas linhas de produção, contrata consultorias, nacionais ou estrangeiras, para checar a estética de um produto etc. As trabalhadoras do Ceará levam para casa um salário mínimo, enquanto o salário médio em Farroupilha é seis vezes maior.

— *Que efeitos de encadeamento as novas indústrias geram nas economias locais?*

— Existem grandes novidades a esse respeito. Até pouco tempo atrás, havia o receio de que as montadoras mandariam vir a caixa de marchas da Espanha, o carburador do México, a tinta da Coréia etc. Elas se comportariam como uma pessoa que vai de gôndola em gôndola num supermercado, pegando o que deseja. Isso, em grande medida, se mostrou equivocado. Por razões que têm a ver com o *just in time* e com sinergias de vários tipos, as novas fábricas são fortemente aglomerativas. A General Motors definiu dezoito fornecedores que vão abastecê-la de subconjuntos. Todos vão para dentro do mesmo condomínio, no Rio Grande do Sul. A partir de lá, vão se abastecer em cerca de duzentas outras empresas, espalhadas. O coeficiente importado vai ser significativo, mas isso não conflita com a existência de encadeamentos locais importantes. A Ford adotou outro comportamento. Não quer atuar como monopólio. Também vai aglomerar fornecedores em torno de si, mas eles ficam livres para buscar outros clientes. Esses investimentos estão se revelando

estruturantes. O temor dos que imaginavam o contrário não se confirmou.

— *Mesmo assim, permanece válida sua preocupação com um balanço de pagamentos negativo e com a pequena geração de empregos?*

— Sim. O coeficiente importado, como disse, será significativo, embora menor do que o que se poderia esperar há algum tempo. Feitas as exceções de praxe, os investimentos não vão exportar, a não ser para o Mercosul, e vão importar. A isso se soma um fenômeno muito preocupante: a voracidade dos acionistas. A remessa de lucros tem sido escandalosa, fora de qualquer propósito. Está acima das piores expectativas. O dinheiro vem para cá para voltar muito ampliado. O jogo é esse, para valer. Ou seja, não se podem negar os efeitos estruturantes dos investimentos, mas, quanto ao seu impacto sobre o balanço de pagamentos, devemos ficar bastante preocupados.

— *Que outra novidade há nessa nova safra?*

— Uma delas é a descentralização. A indústria estava saindo da metrópole paulista, mas na direção de Campinas, São José dos Campos e adjacências. Agora ela se espalha muitas centenas de quilômetros ao longo dos eixos, de Minas Gerais ao Rio Grande do Sul. Essa mudança é positiva. Ainda não está claro qual será a divisão de trabalho entre essas extensões e a base paulista tradicional. Os novos investimentos no Sul parecem ser muito atualizados tecnologicamente. O ABC vai ser a “velha” indústria? A “nova” vai se instalar nessa periferia ampliada? Não sabemos.

— *Você inclui Minas nessa periferia estendida?*

— Minas Gerais, com a experiência da Fiat, teve um papel pioneiro em demonstrar a viabilidade de um pólo industrial sério fora de São Paulo. Um aspecto fascinante dessa história é que durante quinze anos a iniciativa deu errado, de modo que pare-

cia ser uma condenação do esforço de promover a descentralização da grande indústria. Só começou a dar certo — aliás, espetacularmente certo — nesta década.

— *A experiência mineira foi muito criticada nos anos 70 pela grande ajuda do estado, tanto no plano fiscal quanto pelo aporte direto de capital por parte do governo. Os novos investimentos têm estímulos semelhantes?*

— Hoje, temos uma reprodução mais desinibida do modelo usado na Fiat. Embora não se saibam os detalhes, o que foi dado à Mercedes Benz em Juiz de Fora é verdadeiramente espantoso. Os incentivos à Renault (no Paraná) e à General Motors (no Rio Grande do Sul) se tornaram grandes dores de cabeça para os respectivos governadores. A verdade é que os estados estão dispostos a arrancar a qualquer custo um investimento vedete. A estratégia implícita parece ser: “Pago qualquer preço para entrar no mapa.” Nem sempre a disposição de arrancar o investimento na marra vem acompanhada de uma visão estratégica, voltada para a construção de uma segunda etapa, mais ajuizada.

— *Mas, com esse tipo de investimento, o problema do balanço de pagamentos não se resolve, seja qual for o tamanho da “onda”...*

— Houve uma “estadualização” das decisões na economia brasileira. Do ponto de vista do estado, não há balanço de pagamentos. Os governadores não precisam se preocupar com importações e exportações, mas com a viabilidade dos empreendimentos *stricto sensu*. Sob esse aspecto, estamos numa armadilha: as partes estão se comportando como se o todo não existisse. Isso mostra que está faltando um ator, que só pode ser o governo federal.

O todo existe e não pode estar ausente dessa reordenação. Até porque o recorte regional é muitas vezes ridículo, como no caso dos conflitos entre Petrolina e Juazeiro. É a mesma área, produzindo os mesmos produtos, com a mesma mão-de-obra. Só exis-

te solução conjunta. O governo central diz que é preciso respeitar a autonomia estadual, e eu não discordo disso. Mas que esforço se fez para coordenar essas autonomias? Nenhum. A resposta do governo é evasiva, sua omissão é pecaminosa. O senador Waldeck Ornellas tem um projeto que procura ordenar isso, definindo o que é válido e o que é abusivo na guerra fiscal.

— *Que outra área importante você vê nessa nova safra de investimentos?*

— Há deslocamentos significativos no *agribusiness*. No Cerrado Setentrional — Mato Grosso, Oeste da Bahia, Tocantins, Sul do Piauí, Sul do Maranhão — estão entrando em produção regiões imbatíveis. Os grãos são produzidos 30% a 40% mais baratos. Ainda há dificuldades de transporte, de modo que muita produção se perde, às vezes até mesmo sem ser colhida. Além disso, parece-me que ainda não está solucionada a questão de como estruturar empresarialmente esse potencial. A solução da produção integrada, típica do Sul, não se aplica ali, pois, na base, não há a família de pequenos produtores. Não é possível construir a “pirâmide” social do modelo clássico da Sadia.

Mesmo assim, é visível um processo de migração da produção de grãos e de *commodities* ligadas à carne para o Centro-Oeste e o Norte. Talvez estejamos tendendo a uma nova divisão de trabalho, com o primeiro processamento se estabelecendo nas novas áreas e o processamento mais fino permanecendo nas proximidades das metrópoles. Esse movimento tem implicações que podem ser dramáticas para as áreas produtoras de grãos com base na pequena propriedade, sobretudo do Sul. Elas não têm condições de competir com a nova máquina capitalista que está sendo implantada lá em cima. É uma agricultura de outro nível, com mecanização e controle científico incomparáveis.

— *Quais as vias de ligação dessa agricultura com os centros consumidores?*

— Essa imensa região do Cerrado Setentrional permite escoamento nos dois sentidos: para o sul, visando ao mercado central do país e com saída também pela bacia do Prata, e para o norte, pela bacia do Amazonas ou pelas ligações que vão dar em Itaqui. Estamos avançando em ambos. Isso criará uma realidade nova e muito importante.

— *Como você compararia os investimentos que vêm sendo feitos na agricultura das regiões Norte e Central, e aqueles, dotados de maior visibilidade, ligados à implantação de grandes indústrias novas no Sul?*

— O primeiro conjunto é muito mais promissor em termos de balanço de pagamentos, e os subsídios fiscais são menores quando comparados aos das montadoras do Sul. Em ambos os sentidos, a interiorização do desenvolvimento e a ocupação das novas regiões podem ser estratégicas. O governo não criou isso, mas percebeu esse potencial, corretamente. Não por acaso, o programa Brasil em Ação tornou-se prioritário. A realidade foi apontando nessa direção, até porque, em áreas pioneiras, alguns projetos muito baratos podem ter forte impacto econômico. O desbravamento, além disso, tem um potencial político evidente. A parte menos beneficiada pelos projetos de infra-estrutura em vias de implantação é o canto litorâneo do Nordeste — do Rio Grande do Norte até Sergipe —, para o qual o programa Brasil em Ação não oferece praticamente nada.

— *Qual o perfil da agricultura que se expande nas áreas novas?*

— Ela se baseia na grande propriedade mecanizada. É tudo moderno e avançado. Em certas épocas, eles operam 24 horas por dia. Trabalham à noite no campo, com faróis. Isso se explica porque o preço da terra é muito baixo, diante do preço dos equipamentos. Cada colheitadeira de algodão custa em torno de US\$ 250 mil. Essas máquinas não se pagam se forem usadas apenas durante o dia. Os motoristas, por sua vez, são como operá-

rios de uma grande indústria: operam um painel, manejam símbolos, trabalham em ambiente refrigerado, nas cabines. Isso ocorre em áreas em que anteontem não havia nada.

— *Qual o impacto desse modelo sobre o emprego?*

— A geração de empregos se dá, basicamente, nas cidades, pois uma propriedade dessas consome insumos e serviços de todo tipo. Estive recentemente em um povoado no Oeste da Bahia. Tinha três agências bancárias, uma atividade febril de serviços e uma quantidade chocante de caminhões sendo carregados e descarregados. Tive a sensação de que estava no maior povoado do mundo.

QUATORZE DOS MAIS IMPORTANTES INTELLECTUAIS DO BRASIL E DA AMÉRICA LATINA – ECONOMISTAS PRINCIPALMENTE, MAS TAMBÉM GEÓGRAFOS, CIENTISTAS POLÍTICOS, ESPECIALISTAS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS – DEBATEM NESTE LIVRO QUESTÕES DECISIVAS, EXIBINDO RARA COMBINAÇÃO DE PROFUNDIDADE E CLAREZA. QUAIS AS INCONSISTÊNCIAS DO NOSSO MODELO DE DESENVOLVIMENTO? COMO OS PROCESSOS EM CURSO SE INSEREM NO LONGO CURSO DA NOSSA HISTÓRIA? QUAL O PAPEL DOS ESTADOS NACIONAIS HOJE? O QUE É, AFINAL, A GLOBALIZAÇÃO? DE QUE REFORMAS NECESSITAMOS? COMO SE APRESENTAM HOJE AS QUESTÕES SOCIAL E REGIONAL NO BRASIL? QUAL A NATUREZA DA NOSSA CRISE? QUE DESTINO NOS ESPERA?

O BRASIL PRECISA OUVI-LOS, AGORA MAIS DO QUE NUNCA. ANTES QUE SEJA TARDE.

ISBN 85-85910-22-4



9 788585 910228